



Professores, Apoio e Recreadores: a organização pedagógica no município de Rio Verde - GO (2022)

Evellyn Oliveira Barroso¹; Bruno de Oliveira Ribeiro²

profevellyn10@gmail.com; boribeiro@unirv.edu.br
Universidade de Rio Verde

Reitor:
Prof. Me. Alberto Barella Netto

Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação:
Prof. Dr. Carlos César E. de Menezes

Editor Geral:
Prof. Dr. Fábio Henrique Baia

Editor de Seção:
Prof. Dr. Germano Esteves

Correspondência:
Evellyn Oliveira Barroso

Fomento:
Programa PIBIC/PIVIC UniRV/
CNPq 2021-2022

Resumo: O projeto promoveu uma pesquisa exploratória sobre a profissão do pedagogo no município de Rio Verde, visando comparar a relação entre formação e área de atuação profissional no município. Ao descrevê-los, de modo geral, alguns apontamentos foram reconhecidos e para melhor compreendê-los, tais profissionais foram subdivididos em categorias, como: professores, gestores, profissionais de apoio e recreadores, ambas as categorias possuem diferentes regimes de trabalho, como concursados ou contratados. Deste modo, houve esclarecimentos sobre os pontos ausentes na descrição de uma Educação moderna e inovadora, por ser encontrados pedagogos inseridos em áreas que não dominam, além daqueles que não são pedagogos, mas, também estão inseridos nesses levantamentos. O objetivo deste trabalho é investigar e analisar o perfil desses profissionais que atuam na rede pública de ensino nos Centros Municipais de Educação Infantil – CMEI, com público de crianças de 0 a 5 anos, afim de qualificar as competências de acordo com a área de formação, em relação a área de atuação.

Palavras-chave: Pedagogo; Apoio; Recreadores; Centros Municipais de Educação Infantil - CMEIs; Competências.

Teachers, Support and Recreators: The pedagogical organization in the city of Rio Verde - GO (2022)

Abstract: The project promoted a specific research on the pedagogue profession in the municipality of Rio Verde, aiming at the need to collect data aimed at the specialization of these professionals in the school environment. When describing them, in a general and impartial way, some notes were recognized and to better understand them, such professionals were subdivided into categories, such as: teachers, managers, support professionals and entertainers. In this way, there were clarifications on the missing points in the description of a modern and innovative education, because pedagogues inserted in areas that they do not dominate, in addition to those who are

¹ Graduanda de Pedagogia na Universidade de Rio Verde - UniRV, 8º período.

² Doutor em Ciências Sociais e professor na Faculdade de Pedagogia da Universidade de Rio Verde – UniRV.

not pedagogues, are found, but are also included in these surveys. The objective of this is to investigate and analyze the profile of these professionals who work in the public education network in the Municipal Centers for Early Childhood Education -CMEI, with an audience of children from 0 to 5 years old, in order to qualify the skills according to the training area, in relation to the area of activity.

Key words: Pedagogue; Support; entertainers; Municipal Centers for Early Childhood Education - CMEIs; Skills.

Introdução

Trata-se de uma pesquisa experimental sobre como os pedagogos, apoios e recreadores do município de Rio Verde, em Goiás, estão organizados e distribuídos na estrutura organizacional da rede municipal e no ano de 2022. É indiscutível o papel que a Educação, como política pública possui em qualquer sociedade e, o profissional da Pedagogia é um dos profissionais de maior protagonismo em uma instituição social tão central ao mundo moderno como a escola, nessa pesquisa, a ênfase recai sobre a educação infantil e escolas de ensino fundamental, de responsabilidade prioritária dos municípios, segundo artigo 211 da Constituição.

A Educação tanto é um direito como o meio pelo qual o homem se humaniza. Podemos entendê-la também, como o meio sem o qual, nenhum dos objetivos fundamentais e constitucionais da República brasileira se estabelece, sendo esses objetivos expressos no artigo 3 da Constituição Federal de 1988:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988).

A Educação Básica no Brasil corresponde a três diferentes fases: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. As reflexões desta pesquisa abrangem a Educação Infantil e o Ensino Fundamental I, que corresponde aos alunos de 1º a 5º ano, e onde se identifica a maior presença e necessidade de Pedagogos na formação escolar.

Os dados coletados sobre essa pesquisa, cuja fonte primária é a própria Secretaria de Educação Municipal, referem-se aos professores da rede mu-

nicipal, em especial os pedagogos. Outros dois profissionais, o apoio, responsável por desenvolver atribuições voltadas ao auxílio de alunos com necessidades especiais e o recreador, cujas tarefas devem ser promover atividades recreativas, com interação social e desenvolvimento pessoal, também tiveram dados coletados e contribuirão para uma avaliação do trabalho pedagógico nas instituições de ensino. A ênfase nestes profissionais se deve ao fato do objetivo desse trabalho se associar ao profissional da pedagogia e, por um lado, tanto apoios quanto recreadores desenvolvem funções aproximadas ao do pedagogo e, por outro lado, vários desses profissionais buscam, desejam ou possuem uma formação de ensino superior no curso de Pedagogia.

A Constituição Federal de 1988 impõe com colaboração da sociedade e, por meio do pacto federativo, incumbir os municípios à manutenção e ao desenvolvimento do ensino em creches e pré-escolas, visando um aprimoramento na Educação Básica de modo a atender as necessidades educativas do país. Além disto, o município desempenha um trabalho minucioso na infraestrutura e funcionamento do CMEI, da forma como impõe o Plano Nacional de Educação (PNE). Situa-se, portanto, que estas relações estabelecidas nessas instituições fazem parte de um processo amplo, regido por mecanismos políticos e jurídicos que enquadram medidas de acordo com determinadas necessidades coletivas.

A linha do tempo referente à Educação Infantil Escolar consiste em diversas transformações, conforme a necessidade. Por volta de 1932, o Manifesto dos Pioneiros da Escola discutia o interesse pelo “desenvolvimento das instituições de educação e assistência física e psíquica às crianças na idade pré-escolar (creches, escolas maternas e jardins-de-infância) e de todas as instituições peri-escolares e pós-escolares” (FARIA, 1999, p. 30). Defendiam a importância de as crianças frequentarem um ambiente seguro em que pudessem desenvolver suas habilidades enquanto os seus pais trabalhavam.

Na década de 1940, houve o primeiro movimento com um olhar voltado à criança, em virtude a luta pela igualdade de gênero e à conquista de acesso ao mercado de trabalho de mulheres, que sem um espaço fixo e seguro para deixar seus filhos, recorriam a “criadeiras ou cuidadoras”, que zelavam de várias crianças em um ambiente sem os cuidados básicos sanitários.

Em 1964, a Educação Infantil teve uma perda de identidade. Em decorrência ao controle político da

época, a Ditadura Militar e Civil (1964-1985) não exerceu o controle total e completo da educação. A partir disso, houve um marco histórico educação infantil, constituído em 1988, que pela primeira vez reconheceu a creche e a pré-escola como parte do sistema educacional do país e a criança como um sujeito de direito cujos deveres sobre ela encontram-se na família, na sociedade e no Estado (BRASIL, 1988, Capítulo VII).

Dentro desse contexto, surgem iniciativas para a Educação Infantil no Brasil, com propósito subordinados aos interesses políticos, econômicos e sociais da época, em decorrência a criação de programas emergenciais de massa. As creches eram símbolos concretos dos movimentos populares. Diante disso, Oliveira (2005) aponta os planos desenvolvidos neste período:

O Plano de Assistência ao Pré-escolar, proposto em 1967 pelo Departamento Nacional da Criança sob a influência do Fundo das Nações Unidas para a Infância e Adolescência –Unicef, organismo internacional de assistência no campo da saúde e nutrição que passava a atuar também na área de educação infantil (OLIVEIRA, 2005, p. 107).

Após o período da Ditadura Militar, inicia-se uma nova etapa marcada pela consolidação de direitos e avanços com a criação da Constituição Federal e, com a garantia dos direitos das crianças e, posteriormente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, que reconhece as creches e as pré-escolas como institucionais de ensino da primeira etapa da educação básica. Essas instituições atenderiam crianças de 0 a 5 anos, ofertada pelos municípios, visando qualidade de ensino e com profissionais qualificados para atenderem essa demanda.

Diante dessa linha de tempo mediante as transformações já ocorridas desde a década de 1930 e todos os progressos relacionados ao reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeito de direitos por meio do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 e outras legislações específicas, pode-se compreender a necessidade de analisar e questionar a profissão do pedagogo nas instituições de ensino que atendem a este público singular.

Material e Métodos

Aspectos legais, políticos, teóricos e práticos estão interrelacionados como materiais dessa pesquisa.

Dados coletados junto a Secretaria de Educação Municipal sobre a distribuição dos profissionais de educação (professores, apoios e recreadores) são analisados à luz de aspectos legais e interesses políticos. Professores, apoios e recreadores são os profissionais mais associados a educação e por isso uma breve descrição das funções de apoio e recreador se faz necessária, uma vez que o trabalho docente é mais reconhecido em suas funções. A estrutura funcional dos profissionais da educação que atuam no município de Rio Verde diretamente com a formação humana é composta por: gestores, professores, apoios e recreadores, obviamente outros profissionais atuam na escola e geram impacto na educação dos alunos, no entanto, o interesse dessa pesquisa se circunscreve aos profissionais citados.

O recreador possui como principais funções: “de recreação e auxílio ao processo de aprendizagem; acompanhar alunos que necessitem de apoio especial; (...) Prestar informações e realizar atividades de sua competência” (RIO VERDE, 2011), ou seja, suas atribuições básicas o objetivo de promover atividades recreativas, brincadeiras e jogos lúdicos, visando o entretenimento, integração social e desenvolvimento pessoal. Este profissional que atua nos CMEIS tem como formação base as necessidades do público-alvo, com faixa etária de 0 a 5 anos, que necessitam de um olhar pedagógico aos três eixos que se desenvolvem: cognitivo, motor e social.

O agente de apoio da Educação Especial, conhecidos como Apoios, cumprem uma função diferente, na qual destaca-se: acompanhar, auxiliar e orientar os alunos nas Atividades de Vida Diária (AVD's) como: higiene, alimentação e locomoção; - Auxiliar o(a) Professor(a) na realização das atividades junto a todos os alunos, ora oferecendo suporte à turma para que o professor realize atividades com os alunos público da educação especial, ora apoiando os alunos com deficiência na realização das atividades planejadas pelo professor regente; participar das reuniões de pais, sempre que necessário, para a promoção de ações referentes à rotina nas Unidades Escolares; - participar de eventos na Unidade Escolar a fim de incluir a criança com deficiência; atender até 05 alunos em uma mesma turma, de acordo com a especificidade; - participar das formações continuadas e buscar se atualizar na área específica; - ser assíduo e pontual, zelando pela postura profissional e cumprindo as normas da Unidade Escolar (RIO VERDE, 2022). Dito isso, o apoio nos CMEIS car-

rega um traço fundamental no desenvolvimento cognitivo, motor e social da criança com necessidades especiais.

O objetivo deste profissional é exclusivamente proporcionar um apoio no ensino deste aluno com laudo, considerando a importância de o incluir nas atividades e brincadeiras desenvolvidas nesta faixa etária. Com isso, influenciar o ensino flexível e significativo, voltado às práticas pedagógicas.

Segundo a Lei Brasileira de Inclusão 2015 – LBI:

XIII – profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividade de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidade de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas (BRASIL, 2015).

As crianças com necessidades especiais são elevadas a uma relevância no processo de ensino-aprendizagem, que só é possível com o apoio deste profissional. Diante das descrições apresentadas referente ao perfil destes profissionais, pode-se considerar que há relação entre prática e formação, pois, por meio da teoria estes profissionais, atuantes nos CMEIS, proporcionam um desenvolvimento em conjunto às crianças e, conseqüentemente, à sociedade.

As atribuições e competências destes profissionais ultrapassam as concepções de cuidadores, pois possuem práticas fundamentadas no currículo oculto³ que centralizam os ideais de ensino e aprendizagem à estas crianças. O recreador escolar instiga a imaginação e criatividade, executando um trabalho voltado a fantasia, ao conto e as demais definições de lúdico, proporcionando as crianças momentos marcantes que carregam atividades recreativas diversificadas. Os Apoios, possuem um papel mais próximo aos alunos e a sua socialização, com impactos diretos no desenvolvimento do currículo e das práticas pedagógicas diversas.

A partir dessas referências profissionais foi solicitado a Secretaria de Educação Municipal, em dois momentos, alguns dados sobre a distribuição desses profissionais na rede municipal (05/04/2022 e 28/06/2022) e a partir desses dados coletados e

somados as referências legais, teóricas e práticas com relação a Educação no município de Rio Verde conseguimos reconhecer alguns aspectos da política educacional do município.

Resultados e Discussão

A Educação Infantil no município de Rio Verde ocorre em creches e pré-escolas que funcionam nos Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIS, nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEFS), nas Escolas Municipais Rurais de Ensino Fundamental (EMREFS) e nas Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIS). Contudo, a pesquisa foi realizada com olhar crítico aos pedagogos que atuam nos CMEIS, instituições que atendem crianças de 0 a 5 anos.

Contudo, os profissionais atuantes nestas Instituições Escolares são subdivididos, por intermédio do modelo de contratação, servindo como apoio às necessidades do local. Pode-se encontrar, portanto, além dos pedagogos em função, recreadores e profissionais de apoio, que cumprem funções pré-estabelecidas pela contratação e, sobretudo, pelo que são designados dentro destes CMEIS. Para indicar que essa distribuição dos pedagogos, apoios e recreadores seguem algum tipo de critério, primeiro tentamos mapear como eles se distribuem na Rede Municipal de Educação.

Os primeiros dados solicitados estão representados nos quadros abaixo e referem-se a 71 escolas (CMEIs e EMEIs):

Quadro 1. Distribuição dos professores na Rede Municipal de Rio Verde

Nível	Total de Professores	Número (Pedagogia)	Percentual	Efetivo	Temporário	Homens
Ed. Infantil	203	140	68,96%	140	0	1
Ens. Fundam. I	380	265	69,73%	265	0	10
EJA	26	11	42,30%	11	0	0

Fonte: SME, 2022.

Quadro 2. Área de atuação dos professores

Área de atuação	Total de Professores	Efetivo	Temporário	Homens
		Pedagogia		
Direção	71	42	0	1
Coordenação	70	50	0	0
Ensino	609	416	0	11

Fonte: SME, 2022.

³ Segundo Silva (2003), o Currículo Oculto é composto por aspectos desenvolvidos no ambiente escolar que contribuem norteiam o trabalho pedagógico, de forma indireta, transcendendo o currículo oficial.

Quadro 3. Quantitativo de Apoios e Recreadores.

Função	Número (Pedagogia)	Total	Homens
Apoio	156	279	7
Recreador (a)	233	537	1

Fonte: SME, 2022.

Estes quadros ajudam a mapear, de acordo com os concursos e contratos o quantitativo dos profissionais na Rede Municipal de Educação. Destaca-se a ausência de professores temporários, uma vez que todos são concursados. Os dados não contemplam profissionais concursados ou contratados de ensino médio que, porventura, possam ter concluído o curso de Pedagogia. A baixa representação masculina também se revela nos dados coletados. Esses dados também foram encaminhados com a ressalva de que o número de profissionais contratados é bastante flutuante e, portanto, trata-se, quase sempre de uma fotografia momentânea, no caso, de abril de 2022.

Os aspectos mais políticos podem ser captados quando observamos que no município existem 17 CMEIS e 8 EMEIS e, excetuando os professores vinculados à direção e à coordenação pedagógica, 25 no total, existem apenas 12 professores atuando nas 17 CMEIs e apenas 2 professores nas EMEIS, anos iniciais (de 1º a 5º ano). Há no município uma concentração de professores nos anos finais da Educação Infantil. A pesquisa explicita a ausência ou baixa presença de pedagogos nas CMEIs do município como uma escolha política. Esses dados podem ser observados no quadro 4, coletados em junho de 2022.

Quadro 4. Distribuição dos pedagogos por CMEI e EMEI em Rio Verde no ano de 2022.

Quantidade	CMEI Nº		EMEIS Nº		EJA
	Direção/Coordenação	Professores	Anos Iniciais	Educação Infantil	
Pedagogos	25	12	2	71	11
Recreadores	Concursado (Pedagogia)	Contratado (Pedagogia)	Concursado (Pedagogia)	Contratado (Pedagogia)	*
	68	102	8	6	
Apoios	Concursado (Pedagogia)	Contratado (Pedagogia)	Concursado (Pedagogia)	Contratado (Pedagogia)	*
	1	9	11	3	

Nesse quadro, aparece de maneira separada os professores vinculados a Educação para Jovens e Adultos – EJA, ou seja, da Andragogia. Mas, como a prefeitura de Rio Verde possui profissionais da Pedagogia atuando, aliás, como deve ser, nossa escolha foi de manter no quadro esses profissionais a parte, ou seja, sem que fossem automaticamente somados aos professores de EMEIs.

Conclusão

Tendo em vista as reflexões sobre o direito a Educação e suas atribuições, é necessário identificar os profissionais que atuam nas Instituições de Ensino no município de Rio Verde e, conseqüentemente, promover reflexões quanto a formação destes indivíduos. A Educação Básica para todos revela, de maneira sucinta, a qualidade necessária para os profissionais de linha de frente, especialmente na Educação Infantil, no CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil de Rio Verde, de crianças com a faixa etária de 0 a 5 anos, pois, trata-se da base educacional, com um público que se desenvolve em três eixos: cognitivo, motor e social.

É fundamental a centralidade de pedagogos nessa fase de desenvolvimento, caracterizam a sua importância neste ambiente escolar, pois, há maiores garantias de um bom atendimento as crianças através destas prestações de serviços e, conseqüentemente, melhores orientações quanto aos desenvolvimentos cognitivo, motor e social. A baixa concentração dos devidos profissionais nesse espaço gera uma lacuna preenchida, normalmente por Apoios e Recreadores.

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC, estabelece como direitos de aprendizagem e desenvolvimento da Educação Infantil seis aspectos: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se e, somada a obrigatoriedade constitucional de atendimento em creche e pré-escola como um direito e a imposição, por meio Emenda Constitucional nº 59/2009, que determina a obrigatoriedade da Educação Básica dos 4 aos 17 anos (BRASIL, 2018), com isso, verificamos um avanço constante sobre a importância das CMEIS em um quadro normativo federal e, concomitante, na esfera municipal, há uma política que prioriza a escolarização, o dado mais sintomático é a distribuição dos professores de pedagogia na rede municipal de educação.

Agradecimentos

Esta parte do artigo carrega imenso significado, pois, é aqui que consigo esclarecer todos os sentimentos vivenciados durante toda a escrita deste. Agradeço a todos que contribuíram nas abordagens apresentadas, de forma indireta, por meio de práticas pedagógicas desenvolvidas no campo acadêmico e profissional. Agradeço ao meu orientador e professor, Bruno de Oliveira Ribeiro, que norteou o trabalho com apoio e bases teóricas que

me acrescentaram não apenas na escrita, mas nas práticas educacionais. E, por fim, estendo meus agradecimentos a Universidade de Rio Verde, que proporciona trabalhos fundamentais no Currículo Acadêmico de seus integrantes, contribuindo e incentivando acadêmicos a ingressarem em propostas científicas como esta.

Referências Bibliográficas

ARAUJO, Viviane. **O conceito de currículo oculto e a formação docente**. REAe – Revista de Estudos Aplicados em Educação, v. 3, n. 6, jul/dez. 2018. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_estudos_aplicados/article/view/5341.

BRASIL. **Lei nº. 9394/96 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1996.

BRASIL. **Lei nº. 13.146/15 de 6 de julho de 2015**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília 2018.

DIDONET, V. **A creche: a que veio... Para onde vai...** Revista Em Aberto, Brasília, v. 18, n. 73, p. 11-27, 2001.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de, (1990). **Educação pré-escolar e cultura**. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Cortez, 1999.

FREITAS, Marcos César & BICCAS, Maurilane de Souza. **História Social da Educação no Brasil (1926-1996)**. São Paulo: Cortez, 2009.

HUET, Bernard Fares, Jacyra; Benetti, Maria Luiza C. (coordenadoras). **Experiências de desenvolvimento na área do ensino pré – escolar**. IDEAIS. São Paulo: FDE, 1992.

KUHLMANN JR, M. **Histórias da educação infantil brasileira**. Revista Brasileira de Educação, v. 14, Fundação Carlos Chagas, São Paulo, 2000.

RIO VERDE, Prefeitura Municipal de. Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer - SMEEL. **Edital de processo seletivo simplificado para formação de reserva técnica para contratação temporária de pessoal n.º 001/2011 – SMEEL**. Rio Verde, 2011.

RIO VERDE, Prefeitura Municipal de. Secretaria Municipal e Planejamento e Gestão – SMPG. **Edital de processo seletivo simplificado para con-**

tratamento de pessoal por tempo determinado nº 005/2022. Rio Verde, 2022.

SERAFIM, Cleonice. Pedagogo o que você faz... temos muito a comemorar. **Secretária Municipal da Educação**, 2019. Disponível em <https://educacao.curitiba.pr.gov.br/noticias/pedagogo-o-que-voce-faztemos-muito-a-comemorar/14663>. Acesso de 10 de setembro de 2022.